

RAMÓN MÁIZ

ARTIGOS / ARTICLES

# Indianismo e etnonacionalismo na Bolívia

*Esse artigo tenta identificar os fatores do sucesso do movimento indígena na Bolívia e explicar o porquê da ascensão do Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales e não do Movimento Indígena Pachakuti (MIP). Explora ainda aspectos do discurso indígena que normalmente não têm sido observados, mas que lançam uma nova luz sobre ideias anteriores.*

**Palavras-chave:** indianismo; nacionalismo; etnonacionalismo; Bolívia.



## Indianism and ethnonationalism in Bolivia

*This paper attempts to identify the factors responsible for the success of the indigenous movement in Bolivia and to explain why it was Evo Morales' Movement to Socialism (MAS) rather than the Movimiento Indígena Pachakuti that gained ascendancy. It explores aspects of the indigenous discourse that have generally not been remarked on but which throw new light on previous accounts.*

**Key words:** indianism; nationalism; ethnonationalism; Bolivia.

---

**Ramón Máiz:** Professor da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca, embora esquematicamente, identificar os fatores responsáveis pelo sucesso do movimento indígena na Bolívia; explicar o porquê da ascendência do Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales e não do *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP), de Felipe Quispe, e fazer menção a aspectos de interpretação do discurso indígena que normalmente não têm sido observados, mas que lançam uma nova luz sobre ideias anteriores.<sup>1</sup>

Mais especificamente, desenvolvemos uma análise sobre o êxito do MAS que leva em conta os seguintes componentes:

1 O legado étnico-cultural (cultura, idioma, história, território, etc.), porém sempre considerando que a própria percepção deste legado é produto de gerações anteriores de “construtores de consciência”.

2 A existência de circunstâncias socioeconômicas que favorecem a consciência de uma identidade coletiva, de um “nós” em oposição a um “eles”. Tais circunstâncias podem incluir uma rede de interesses comuns que conflite real ou potencialmente com interesses de outro grupo ou grupos; a sujeição a políticas econômicas neoliberais que corroem os laços sociais, destroem o território tradicional do grupo, geram desenraizamento e necessidade de uma identidade e a existência de um grau suficiente de mobilidade social e/ou comunicação supralocal que facilite a percepção de um espaço social comum.

3 Uma estrutura de oportunidades políticas propícia, que pode ser formal – incluindo vários tipos de descentralização política (federalismo, municipalização, etc.) e a existência de acesso efetivo à arena política – ou informal (realinhamentos eleitorais, crises no sistema partidário tradicional, surgimento de novos aliados potenciais, etc.).

4 Uma máquina política organizacional e retoricamente eficiente, que cria novas oportunidades de generalizar a identificação com o grupo étnico para um segmento social amplo na base de interesses compartilhados e objetivos específicos de autogoverno.

Na seção 2, lido com estes quatro componentes no caso do MAS, na Bolívia, e na 3, uso um sistema de análise para focalizar com mais detalhes o aspecto que até agora vem tendo menos atenção, o discurso político.

## 2 ETNOPOLÍTICA INDÍGENA NA BOLÍVIA: UMA EXPLICAÇÃO MULTICAUSAL

De todos os países da América Latina, a Bolívia tem a maior proporção de habitantes indígenas. No Censo de 2001, normalmente considerado confiável, 62% alegaram pertencer a algum grupo étnico indígena, número comparável, por exemplo, aos 25% do Equador. Aproximadamente 31% se identificaram como quéchuas e mais de 25% como aimarás; os 6% restantes estão distribuídos entre chiquitanos (2,2%), guaranis (1,6%) e outros. Inegavelmente este tem sido um fator importante na ascensão do movimento indígena e seu sucesso eleitoral. Como Evo Morales nos relembra amiúde, a população indígena boliviana não é uma minoria marginal, mas constitui a maioria da população total do país.

No entanto, a explicação não é suficiente por si mesma, pois esta maioria não é homogênea. Em primeiro lugar, existe uma divisão entre quéchuas, aimarás e outros grupos. Em segundo lugar, há inúmeras variáveis geográficas socialmente relevantes que dividem esta maioria em subgrupos: índios do campo *versus* índios urbanos (atualmente mais de 50%); comunidades dos altiplanos e das terras baixas; bolivianos ocidentais (*cambas*) e orientais (*collas*).

Em terceiro lugar, em face da pobreza da população indígena e sua insegurança no trabalho, deve ser lembrado que os partidos tradicionais de esquerda e os sindicatos de trabalhadores, referindo-se aos índios nativos, têm por longo tempo subordinado sua identidade étnico-cultural à classificação convencional de “camponeses” ou “trabalhadores”, uma prática que desempenhou um papel importante na desmobilização indígena no Peru e, em menor proporção, no Chile.

O êxito do indianismo na Bolívia pode ser devido a outros fatores, além do tamanho da população indígena, como sugere o fato de o primeiro partido sul-americano a alcançar certo grau de sucesso ter aparecido na Colômbia, em 1990, apesar de apenas 2,7% da população colombiana ser indígena (VAN COTT; RICE, 2006).

O primeiro fator a ser examinado para explicar a consciência do potencial da maioria indígena na Bolívia é a herança étnico-cultural explorada pelo movimento indígena.

## 2.1 A HERANÇA ÉTNICO-CULTURAL

O indianismo do planalto boliviano possui como fonte extraordinariamente rica e poderosa de mitos a Grande Rebelião Andina, conduzida entre 1780 e 1783 pelo quéchua Tupac Amaru, que sitiou Cuzco, e o aimará Tupac Katari, que cercou La Paz por seis meses (MALLON, 1999). Estes levantes foram decisivos historicamente na medida em que deram fim ao sistema de apresamento no qual se apoiava o domínio espanhol e, pela primeira vez, colocaram o império em perigo. Os insurgentes incluíam não apenas índios, mas também mestiços, crioulos, e até mesmo alguns poucos espanhóis (embora menos do que no Peru).

Para nosso atual propósito, o mais importante é que eles se tornaram a base de uma ampla mitologia envolvendo a figura do “novo Inca”, a restauração do governo Inca e a vingança dos povos nativos submetidos à Espanha desde o século XV. Em uma abordagem diversa, a Grande Rebelião Andina foi posteriormente reinterpretada como precursora da Guerra de Independência Boliviana e mesmo como uma precursora do nacionalismo militarista (DEMÉLAS, 1992). Este capital mítico-simbólico sobrevive hoje e é constantemente invocado nos discursos de Felipe Quispe e Evo Morales (ALBÓ, 2006), como, por exemplo, nas referências aos “500 anos de resistência” dos povos indígenas.

Uma segunda referência histórico-mítica para o indianismo diz respeito à Guerra Federal Boliviana de 1898-1899. Os conflitos, a resultar na transferência da capital de Sucre para La Paz, levaram o *Pando Federalista* a procurar ajuda do agora lendário líder aimará Pablo Zárate Willka, oferecendo em troca a devolução das terras ancestrais indígenas que haviam sido nacionalizadas cerca de trinta anos antes – uma promessa imediatamente quebrada quando os federalistas tomaram o poder após uma batalha na qual os aimarás desempenharam papel fundamental. A memória desses eventos vem sendo mantida viva zelosamente e explorada por Felipe Quispe, que postula uma “imitação do levante armado de Zárate”.

Apesar do vigor mitológico desses dois episódios, eles têm sido tradicionalmente relegados pela retórica republicana do Estado Boliviano, que excluiu completamente os índios da participação nas lutas de independência da Espanha, em 1825. Apenas após a traumática perda da maior

parte do *Gran Chaco*, em 1935, a ideia de nação mestiça encontrou lugar no nacionalismo boliviano e até mesmo a Revolução Nacional de 1952 só reconheceu a população indígena como camponesa, negando sua identidade étnico-cultural. Mencionada revolução tomou como modelo o México, um sistema no qual a transformação da população indígena em camponeses pela redistribuição de terras em troca de votos, via mediação dos sindicatos de trabalhadores, foi acompanhada por sua aculturação e assimilação em uma identidade nacional mestiça – a “raça cósmica” de Vasconcelos – nas escolas, no Exército e na mídia.

O corporativismo do Estado Boliviano construído durante os anos 1950 pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) possuía duas facetas: de um lado, a fundação de sindicatos controlados pelo Estado e outros mecanismos autoritários, mediante a padronização e o controle das instituições da comunidade local mediante troca de favores; de outro, a tentativa de construir uma nacionalidade boliviana, no sentido de uma identidade coletiva compartilhada por todos os bolivianos, uma nacionalidade centrada em uma língua comum, em uma visão comum da história, em um inimigo eternamente comum (o Chile) e em símbolos e mitos comuns, como a bandeira nacional. Não havia, em princípio, espaço para as identidades coletivas indígenas. E quando Barrientos chegou ao poder, em 1964, o Pacto Militar-Campesino – complementado pela repressão ditatorial absoluta – deu continuidade à eliminação da identidade indígena.

Apenas com a supressão da autonomia indígena na região de La Paz e o massacre de Tolata surgiu uma oportunidade para novos processos de identidade política. Os primeiros movimentos indígenas deste tipo foram o Movimento Nacional Tupac Katari (1968) e o Movimento Índio Tupac Katari de Luciano Tapia, e os mais moderados, de orientação sindical, o Centro Campesino Tupac Katari (1971) e a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB, 1979). Em 1983, no Congresso Nacional do CSUTCB, foi proposto publicamente, pela primeira vez, que a Bolívia deveria reconhecer-se como um “Estado Plurinacional”.

## 2.2 CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOECONÔMICAS

O segundo requisito para a etnificação política é um ambiente socioeconômico propício. Para avaliar este aspecto, devemos examinar as reformas agrárias e medidas associadas introduzidas entre 1952 e 1964 como parte da Revolução Nacional do MNR. Estas reformas redistribuíram grande quantidade de terras para proprietários indígenas, convertendo comunidades indígenas em campesinos, isto é, proprietários individuais de pequenas explorações. O diálogo com este setor foi organizado, principalmente, via sindicatos de trabalhadores rurais, e estas organizações, por vezes, funcionaram razoavelmente bem em prol dos seus membros naquelas áreas do país, como Cochabamba, onde a população indígena já estava concentrada em núcleos e havia certa tradição de uniões camponesas no modelo de sindicatos de trabalhadores (ALBÓ, 1995, 2002). Todavia, no altiplano, onde muitas comunidades foram autorizadas a manter a propriedade em comum e certo grau de autonomia política, as bases da estrutura sindical eram de fato as comunidades indígenas tradicionais – a união era a comunidade; estas últimas estruturas sobreviveram relativamente ilesas, mas foram ineficazes no âmbito da estrutura sindical em geral.

Apesar da sua natureza anti-indianista, para grande parte das comunidades indígenas, as reformas lideradas pelo MNR deram acesso a pelo menos um nível mínimo de recursos socioeconômicos, incluindo não somente a terra, mas também o direito ao voto e à educação, direitos aos quais se opuseram ativamente muitos dos 4% dos latifundiários que possuíam, até então, 82% das terras bolivianas (DUNKERLEY, 1984). Contudo, os mecanismos e a ideologia por meio dos quais o MNR alcançou estas melhorias sócioeconômicas trabalhavam contra a identidade indígena originada da herança étnico-cultural – como no Peru, uma classe de “meio-sangue indígena” emergiu; pessoas de aparência indígena, falando línguas indígenas e observando tradições culturais indígenas, que, no entanto, se consideravam implícita ou explicitamente como uma raça mista.

Após os anos do MNR, a “desindianização” foi intensificada por sucessivos regimes militares, mas a gratidão para com o governo central pelos avanços econômicos dos anos 1950 demorou a arrefecer. As medidas

econômicas da pós-revolução que mais contribuíram para pavimentar os caminhos do sucesso do movimento indígena foram as da Nova Política Econômica, de 1985, que sacrificaram o que restava do sindicalismo oficial acabando com o apoio à economia rural na forma de subsídios, regulação de preços, etc. Também houve cortes drásticos nos serviços de saúde e educação e a autonomia destas comunidades foi ainda mais enfraquecida por medidas tais como a privatização das terras comuns (YASHAR, 2005).

A inoperância dos sindicatos de trabalhadores rurais e, ainda, a destruição das estruturas das comunidades tradicionais propiciaram à população indígena uma percepção renovada sobre si mesma, como índios ao invés de camponeses. Além disso, quando a Nova Política Econômica fechou a empresa Comibol, um grande número de mineradores indígenas desempregados migrou para as áreas de cultivo de coca e ao fazê-lo rejeitou as ideias de luta sindical e de classe das quais haviam se beneficiado anteriormente, voltando-se, em sua decepção, para uma identificação com a cultura e as tradições indígenas locais.

### 2.3 A ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE POLÍTICA

A formação de uma estrutura política favorável, no tocante às instituições políticas e ao relacionamento com as forças concorrentes, tem sido decisiva na mobilização indígena boliviana, em geral, e no sucesso do MAS, em particular. Os aspectos institucionais mais salientes incluem a democratização e a ampliação do *spectrum* político resultante do colapso do corporativismo tradicional, as reformas institucionais dos anos 1990 – especialmente a reforma constitucional de 1994 – e o processo de descentralização desencadeado pelo Ato de Participação Popular de 1994. Com respeito às relações entre os agentes, as características mais relevantes do contexto político são a crise dos partidos tradicionais, o realinhamento eleitoral e a disponibilidade de aliados potenciais não indígenas. Vejamos sucintamente estes fatores.

Devemos ressaltar, em primeiro lugar, que não foram apenas os efeitos econômicos previamente mencionados do neoliberalismo que favoreceram a “indianização” da política rural boliviana: o colapso do sistema de apadrinhamento corporativo, no qual votos eram trocados por

apoio político, proporcionou uma oportunidade para a formação de movimentos organizados “horizontalmente” com base em laços nominalmente étnicos, embora em um sentido amplo que analisarei com maior detalhe na seção 3. As redes criadas em função de interesses comuns de diversos grupos indígenas, e que, no caso do MAS, eram com frequência ampliadas para incluir grupos não indígenas, progressivamente substituíram os sistemas corporativos problemáticos e hierarquicamente desmobilizadores de organização política que remontam ao MNR.

Apesar da insuficiente aplicação e implantação, o reconhecimento jurídico e constitucional da pluralidade étnica nos anos 1990 constituiu, sem dúvida, um passo bastante significativo no referente à “respeitabilidade” das reivindicações do movimento indígena. A ratificação da Convenção 169 da OIT sobre a autodeterminação dos povos indígenas e tribais, em 1992, foi seguida de reformas constitucionais em 1994 nas quais a Bolívia é definida como um Estado multiétnico e pluricultural (art. 1º), as “autoridades naturais” das comunidades indígenas são reconhecidas para fins administrativos, a aplicação limitada das leis comuns indígenas é permitida (art. 171), os direitos de propriedade coletiva, são reconhecidos e a educação bilíngue é aceita (IRIGOYEN, 2005).

O estabelecimento da nova constituinte eleitoral de 1995 também desempenhou um papel considerável (VAN COTT, 2005), pois algumas das “circunscrições uninominais” introduzidas na Câmara de Deputados ao lado das “circunscrições plurinominais” representadas proporcionalmente coincidiram com as fronteiras étnicas, permitindo assim a representação das minorias étnicas.

No entanto, a principal novidade administrativa a favorecer o crescimento de movimentos indígenas e sua transformação em partidos políticos eficientes foi o Ato de Participação Popular de 1994, o qual criou 311 novos municípios (VAN COTT, 2005; ALBÓ, 2006). De fato, este ato constituiu o primeiro reconhecimento legal de comunidades indígenas, a partir de então denominadas “Organizações de Base Territorial”. Quando o MAS e outros partidos indígenas venceram em vários destes municípios, aproveitaram a oportunidade para obter recursos para suas localidades e ganhar uma reputação que, a seguir, embasou a tomada de poder no governo central. Finalmente, deve-se atentar para a Lei de 1996 que, ao fundar o Instituto Nacional de Reforma Agrária, habilitou as comunida-

des indígenas a registrarem terras comuns como “Terra Comunitária Ancestral”. Isto motivou as comunidades a se organizarem para exercer este direito e, assim, forneceu excelente oportunidade de construir um discurso político assentado no conceito-chave de “território”.

As reformas constitucionais dos anos 1990 foram fundamentais para a ascensão dos partidos políticos indígenas em virtude das oportunidades e dos novos direitos garantidos aos índios. Contudo, as reformas também fomentaram este processo de modo negativo. O novo pluralismo do Estado Boliviano era insuficiente de muitas maneiras e, à luz do que se propunha a satisfazer, suas deficiências provocaram aspirações indígenas mais ambiciosas, aspirações que agora o movimento se sentia confiante para atender. Durante a “Guerra da Água” em Cochabamba, em 2000, e na “Guerra do Combustível”, em La Paz, em 2003, o movimento indígena mostrou sua força e provou sua capacidade de pressionar por concessões mediante mobilizações de massa.

*Vis-à-vis* o eleitorado, o indianismo político aproveitou plenamente as oportunidades para apresentar o que foi oferecido ou criado por ele mesmo, mas também se beneficiou imensamente da crise sofrida pelo MNR, entre 1989 e 2002, e pelos recém-chegados, Ação Democrática Nacionalista e Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), ambos criados nos anos 1970. Isto é evidente no fato do MAS ter crescido precisamente nos distritos eleitorais mais imprevisíveis (MADRID, 2005), onde foi transformado por seu público natural acompanhando o colapso organizacional e eleitoral da esquerda tradicional fruto de influências externas (a pós-crise do socialismo de 1989; ver MÁIZ, 2004), da virada à esquerda do MIR (manifestada no governo de coalizão neoliberal formada por Paz Zamora e pelo ex-ditador Hugo Banzer) e da crise do sindicalismo boliviano provocada pelas políticas econômicas neoliberais.

A ruptura entre o movimento indígena e os aliados tradicionais de esquerda que, como entidades de classe, permaneciam indiferentes às demandas indígenas, permitiu ao MAS, como um partido não exclusivamente indígena, atrair não apenas desafetos da esquerda, mas também trazer militantes descontentes com os antigos aliados, reforçando assim sua capacidade organizacional. Entre os convertidos havia lideranças como o jornalista guevarista Antonio Peredo, Gustavo Torrico (ex-membro do Partido Socialista), Manuel Morales (anteriormente do partido Concién-

cia de Patria - Condepa) e Filemón Escobar, líder trotskista dos mineiros. Além disso, em certos casos, tal crescimento permitiu ao MAS celebrar acordos com grupos remanescentes da esquerda, ampliando, assim, seu eleitorado potencial.

Lembremos, porém: os partidos e grupos políticos não foram os únicos afetados com a crise do partido tradicional boliviano nos anos 1990. A crise deixou órfãs numerosas organizações que, sem ser propriamente partidos políticos, têm tradicionalmente apoiado e sido apoiadas por estes partidos: sindicatos de professores rurais, associações de pequenos negociantes e artesãos, federações empresariais, etc. Estas organizações estão agora receptivas à possibilidade de chegar a um entendimento com os partidos indígenas. O MAS, em particular, atraiu organizações indígenas das terras baixas, incluindo grupos religiosos e o Confederação de Povos Indígenas de Bolívia - CIDOB (o qual havia então estendido sua influência fora do altiplano). A despeito das dificuldades relacionadas a tamanha heterogeneidade e à necessidade para aqueles com experiência sindical de se adaptar ao novo discurso etnicamente orientado, tais alianças proporcionaram ao MAS uma pluralidade inestimável de material, recursos organizacionais e reputação (MADRID, 2005).

Um componente final da estrutura de oportunidades políticas que favorecem a emergência do MAS foi o contexto internacional: a queda do muro de Berlim em 1989, o desmembramento da União Soviética, a Convenção 169 da OIT (que foi ratificada pela Bolívia, em 1991, após a Marcha por Território e Dignidade, e parcialmente incorporada no art. 171 da Constituição de 1994) e as comemorações do aniversário da descoberta da América por Colombo. Estas, juntamente com a crescente presença e atividade das ONGs internacionais, forneceram aos indianistas um palco internacional propício para a campanha dos “500 anos de resistência”. Cabe salientar que esta campanha contribuiu enormemente para a unidade das exigências dos indígenas bolivianos do leste e do oeste, como é demonstrado pela sua inclusão na defesa dos usos tradicionais da folha de coca, a qual, posteriormente, tornou-se um símbolo nacional de resistência à política dos EUA na América Latina (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

## 2.4 A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

O derradeiro fator decisivo para o êxito do MAS foi a política de mobilização herdada dos seus precursores, a maneira de criar e explorar as oportunidades. Esta abordagem diferenciou o indianismo da Bolívia, por exemplo, dos seus homólogos do Peru e da Guatemala. Aqui, e na próxima seção, mostro dois aspectos intimamente relacionados desta política: a organização da ação coletiva e o discurso político.

Uma organização eficiente é essencial para qualquer partido explorar e construir as oportunidades políticas que as circunstâncias lhe oferecem. Deste ponto de vista, duas características na história do MAS se destacam: a existência prévia de uma rica rede de organizações e movimentos, a vontade do MAS de aproveitar esta pluralidade e fazer uso da sua experiência e capacidade organizativa (MÁIZ, 2003a, 2004). Como insinuei anteriormente, a mobilização política indígena impunha a criação de uma organização horizontal forte para combater a divisão e desmobilização, tendências que não só haviam sido promovidas por sindicatos verticalmente organizados e quase extintos, mas que também eram favorecidas pela fragilidade da estrutura territorial, pelo isolamento da comunidade, pelas rivalidades locais, pela visão introspectiva das comunidades e por uma falta geral de comunicação social. Assim, o MAS (porém, não o MIP) cobiçou e acolheu a estrutura organizacional e capacidade dos grupos existentes, tais como as bases dos sindicatos verticais, dos sindicatos independentes, das congregações religiosas e, obviamente, dos grupos indianistas que sobreviveram aos anos 1970. Embora estes últimos tenham falhado no contexto político pré-1993, foram, no entanto, fundamentais na organização da exitosa mobilização pós-2000.

Também é verdade, claro, que a divisão do movimento indígena entre o MAS e o MIP se originou na década de 1970. Em primeiro lugar, as organizações indígenas surgidas no altiplano são bastante diferentes das suas similares nas planícies. Mais importante ainda, os anos 1970 já apresentavam divergências entre o indianismo radical de Luciano Tapia e o pluralismo katarista de Genaro Flores, por exemplo, que era explícito no Manifesto de Tiahuanaco. Ambas as correntes foram reforçadas pelo massacre de Tolata em 1974, mas foram os kataristas que, após a fundação da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da

Bolívia - CSUTCB, em 1979, criaram um partido político e que, em 1982, entraram no parlamento boliviano. A unificação de 1988 dos sindicatos orientais e organizações de plantadores de coca e seu posterior controle pela CSUTCB lançou as bases para a criação do MAS como um partido de ampla base indigenista.

Como observado anteriormente, a campanha dos “500 anos de resistência” de 1992 foi um marco na mobilização da população indígena da Bolívia. Foi na Assembleia dos Povos Nativos realizada em 12 de outubro que a criação de uma organização política especificamente para canalizar reivindicações indígenas – o “instrumento político” – foi discutida pela primeira vez em público. Em consonância com esta iniciativa, houve um aprofundamento do fosso entre indianistas que desejavam entrar na arena política e aqueles que proclamaram a necessidade de lutar contra o sistema de fora, para quem a autodeterminação dos povos nativos precisava de um retorno ao *ayllu* e ao *quyasuyo* (STEFANONI; DO ALTO, 2006, p.57). Um exemplo destas aspirações se apresentou quando o Conselho Nacional de *ayllus* e *markas* do *Quyasuyo*, constituído em 1997, propôs – em oposição à CSUTCB – que o dispositivo legal da Comunidade Original da Terra fosse utilizado para reconstruir o antigo território andino.

No caso do MAS, inverteu-se a ordem tradicional na relação entre movimentos sociais e partidos revolucionários de esquerda na América Latina: em vez de um partido urbano enviar missões às zonas rurais para organizar as manifestações camponesas, o MAS, um partido político, resultou da unificação das organizações camponesas e indígenas com subsequentes adoções de aliados e objetivos urbanos, de modo a estender sua influência a todo o país, no sentido geográfico e político. Mesmo o estilo antiburocrático dos líderes do MAS se mostrou atraente para eleitores cansados da burocracia, do corporativismo e da improvisada negociação entre os partidos neoliberais, e para militantes dos partidos tradicionais de esquerda, agora em total decadência.

Este novo relacionamento entre partido e movimento levou o MAS a ser constituído por uma multiplicidade de diferentes organizações. De fato, o “instrumento político” discutido na Assembleia dos Povos Nativos foi desde o início entendido como uma federação de movimentos sociais heterogêneos que seriam controlados de baixo para cima, e a liderança

de Evo Morales tem sido sempre assim, sujeita à vontade desta variada teia de organizações independentes, como ele continuamente indica por frases, que estão longe de serem retóricas: “Nunca parem de me corrigir” (MORALES, 2006, p. 13). O partido não substitui o movimento; o partido é, em princípio, apenas mais um componente do quadro da organização do movimento (VAN COTT; RICE, 2006). Essa pluralidade operativa do instrumento político e do MAS, juntamente com o discurso analisado na seção 3, tornam um erro considerar o MAS populista no sentido clássico (MADRID, 2006; STEFANONI; DO ALTO, 2006).

Foi em 1995, no Congresso de Santa Cruz, que a CSUTCB finalmente decidiu criar um “instrumento político” para concorrer às eleições municipais. A Assembleia para a Soberania dos Povos (ASP) e o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP) foram constituídos, mas como as autoridades eleitorais se recusaram a reconhecer o IPSP, sua participação eleitoral ocorreu sob a bandeira da *Izquierda Unida*, uma coligação incômoda de remanescentes partidos de esquerda, liderada pelo Partido Comunista Boliviano.

Assim, a estratégia organizacional inclusiva e pluralista que acabo de descrever foi complementada por uma estratégia de ação com base em três decisões: a rejeição inequívoca de conflito armado, a aceitação da democracia representativa e a entrada na política eleitoral. Os frutos eleitorais dessas políticas e decisões estratégicas começaram a ser colhidos nas eleições municipais de 1995, na qual dez prefeituras foram conquistadas, e nas eleições gerais de 1997, em que o IPSP/IU alcançou 18% dos votos e quatro mandatos em Cochabamba. Um destes mandatos coube a Evo Morales, conhecido nacionalmente após sua detenção e posterior libertação da cadeia como líder da marcha dos produtores de coca, em 1994 (PATZI, 1999), e que agora obteve 60% dos votos em sua jurisdição eleitoral. Em 1999, para legalizar-se, o IPSP assumiu o nome de um partido existente, mas inativo, tornando-se assim o MAS.

Como sugeri há pouco, o desenvolvimento organizacional do que viria a tornar-se o MAS foi prejudicado não só pela concorrência com os agentes externos ao movimento indigenista, mas também pelo eterno conflito com indianistas que de forma radical rejeitaram a associação com atores não indígenas. Este conflito interno no movimento indigenista, muito mais do que uma questão de antagonismos pessoais entre

Evo Morales e Felipe Quispe, data dos primórdios do katarismo no início dos anos 1970 e se manifestou de forma acentuada em 2000, quando Quispe, que havia liderado o MITKA na década de 1980 e a Ofensiva Vermelha do tupakatarista *ayllus* desde 1986, fundou o MIP com um programa antibranco, estabelecendo como objetivo a reconstrução dos domínios incas (*Quyasuyo*) sob as regras monoétnicas aimarás.

No entanto, ao excluir não apenas brancos e mestiços, mas também os quéchuas e guaranis, estas propostas radicais sofreram um *débâcle* eleitoral com o MIP obtendo apenas 6% dos votos nas eleições de 2002 (o que não impediu Quispe de continuar a divisão do movimento em 2004, quando desistiu do seu mandato para prosseguir na “luta por *Quyasuyo*” fora do sistema). Enquanto isso, o MAS prosperou com sua política de atrair não só aimarás e quéchuas mas também mestiços e brancos, e a sua vontade de formar alianças com grandes grupos de esquerda e, até mesmo, incluir políticos mestiços e brancos entre seus próprios candidatos e dirigentes, sendo o exemplo mais evidente disso o Vice-Presidente García Linera. Nas eleições de 2002, recebeu 19,4% dos votos (quase tanto quanto os 20,8% do partido vencedor, o MNR). Por conseguinte, o MAS diferenciou-se com sucesso do exclusivismo indianista do MIP e estabeleceu-se como um partido de esquerda “de todos” em acordo com seu lema “Somos inclusivos” (MORALES, 2006, p.171). Em 2005, conseguiu atrair não só os mineiros e a esquerda urbana (em crise desde 1985), mas até mesmo profissionais e intelectuais da classe média. Para tanto, é preciso não apenas sucesso organizacional, mas também um discurso político que apelasse para audiências mais amplas e evitasse aumentar os receios provocados pelas atitudes do MIP e de outros grupos. Vejamos mais de perto este discurso e como se diferencia do MIP.

### 3 AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO MAS E DO MIP

As ideologias do MAS e do MIP incluem todos os elementos típicos do nacionalismo: a humanidade é dividida naturalmente em nações; cada nação é internamente homogênea, com uma identidade definida por traços étnicos que a diferenciam de outras nações; a liberdade de uma pessoa e a existência autêntica dependem da sua identificação com a nação; lealdade para com a sua nação tem prioridade sobre a lealdade de classe

ou de outros grupos; uma nação só é livre para desenvolver-se se controlar seu próprio Estado soberano e independente; o Estado deve servir aos interesses da nação, sua língua e sua cultura; o mundo inteiro só estará livre e em paz quando todas as nações forem livres e independentes. No entanto, o nacionalismo boliviano inclusivo do MAS, no qual grupos étnicos indígenas são apenas o núcleo de um projeto para refundar a nação boliviana em benefício de todos os bolivianos, é claramente distinto do nacionalismo rigidamente exclusivo aimará do MIP, que nega a realidade da Bolívia como nação e aspira à reconstrução dos *Quyasuyu* inca sob o lema “as duas Bolívias”.

Embora as estratégias estruturadoras do MAS e do MIP compartilhem inúmeras características comuns (antineoliberalismo, defesa de recursos, defesa das línguas indígenas e autonomia), em outros aspectos diferem radicalmente no tocante aos três tipos de estruturas. A seguir, submeto os discursos do MAS e do MIP a uma análise comparativa, tendo como matéria-prima um conjunto composto por palestras e entrevistas com Evo Morales e Felipe Quispe, juntamente com programas oficiais, propostas e declarações do MAS e do MIP (ver referências).

Como exposto no Quadro 1, no qual todas as entradas correspondem a fragmentos literais das fontes ora mencionadas, existem diferenças, desde o início, entre o MAS e o MIP, na definição do problema a ser resolvido. Ambos os discursos incluem o colonialismo como um descritor geral da situação do índio boliviano. Porém, enquanto o MAS tem uma visão decididamente boliviana dos efeitos do colonialismo (é a Bolívia que foi vendida, dividida e submetida, e o Estado Nacional Boliviano que foi destruído pelo neocolonialismo), o MIP formulou o problema em termos muito mais limitados, como a desnaturalização da nação indígena e a destruição do patrimônio nacional indígena original (em que “indígena” significa particularmente “aimará”), sendo a responsabilidade por isto atribuída particularmente à cultura dos povos brancos (*q’ara*). Em consonância com sua descrição do problema, o MAS identifica as causas como basicamente provenientes de fora da Bolívia, embora implementadas por cidadãos bolivianos (Quadro 1, Diagnóstico: causas). Como veremos, a solução que oferece é a refundação da Bolívia em torno do núcleo indígena.

Contudo, para o MIP, a Bolívia não é e nunca poderá ser uma nação; é apenas um Estado colonial que oprime a verdadeira nação incluída em seu território, ou na maior parte dele. Conforme o MIP, a República da Bolívia, como tal, é uma das causas dos males do povo aimará, sendo meramente a forma adotada pela opressão colonialista nos últimos dois séculos e, portanto, uma estrutura intrinsecamente artificial. Em contrapartida, a nação aimará é uma realidade objetiva definida por seus traços singulares: sua história, mais antiga que os 500 anos de resistência aos invasores ocidentais, remonta a tempos imemoriais; seu território natural, o *Quyasuyo*, não coincide com as fronteiras artificiais dos internacionalmente reconhecidos Estados Andinos; sua linguagem, aimará, sobreviveu, apesar da imposição do espanhol; sua cultura, incluindo, em particular, o seu tradicional sistema de produção, não depende de “capital ou exploração institucionalizada”, mas, ao contrário, de intercâmbio, reciprocidade e redistribuição (QUISPE, 2001); suas formas ancestrais de autogoverno e instituições comunais (democracia comunal e participativa; a rede constituindo o “*ayllu de ayllus*”) e sua religião andina, que prega a fraternidade, a paz e a harmonia com a natureza (*Pachamama* ou *Cocamama*), em contraste com o catolicismo imperialista violento.

Quando julgada por esses critérios de nacionalidade, a Bolívia é fundamentalmente um artefato desprezível: em particular, não tem território, porquanto apenas ocupa um território que na realidade pertence à verdadeira nação; as fronteiras foram estabelecidas artificialmente para sua própria desvantagem (ao contrário da Bolívia moderna, o *Tawantinsuyo* chegava ao Oceano Pacífico) e não há idioma próprio, uma vez que a imposição do espanhol não conseguiu erradicar as línguas nativas.

Como mostra um olhar mais atento ao que o MAS identifica como causas dos atuais problemas da Bolívia, estes têm quatro tipos de origem: as políticas econômicas (em particular, o neoliberalismo da Nova Política Econômica perseguidos por Paz Estenssoro e Sánchez de Lozada, com sua privatização de serviços e recursos públicos); a política internacional (imperialismo, colonialismo, submissão às políticas externas); a política interna (corrupção, “partidocracia”, sistema de clientelismo e troca de favores, centralismo); e os fenômenos culturais (ausência de uma cultura especificamente boliviana desde a exclusão dos povos indígenas de consideração sobre as origens da fundação da Re-

pública Boliviana). Apesar das semelhanças, o diagnóstico do MIP difere significativamente: é anticapitalista, ao invés de meramente antineoliberal; antiocidental; antiboliviano, quanto à existência de uma nação boliviana; e radicalmente contra a democracia representativa liberal, que identifica como “oficialismo”.

Diferentes diagnósticos das causas do problema levam a diferentes conclusões sobre quem são os responsáveis. Para o MAS, são basicamente os agentes externos (EUA, corporações multinacionais) com o apoio e a cumplicidade de traidores aliados locais (oligarquia boliviana, partidos tradicionais). Para o MIP, apesar da sua manifestação de não desejar substituir o racismo dos brancos pelo indígena, não são apenas os gringos, os EUA, as corporações multinacionais e os brancos estrangeiros em geral, mas todos os bolivianos brancos e mestiços (e, mesmo implicitamente, os índios não aimarás); os instrumentos locais ou campanhas dos opressores estrangeiros ou colonialistas incluem ambos os partidos tradicionais de esquerda (acusados de desvios à direita) e, em particular, o MAS, considerado o agente mais prejudicial à causa do MIP (QUISPE, 2001) devido a seu reformismo (visto como integração ao “sistema”), seu caráter social-democrata (tido como subserviência ao capitalismo) e seu “oportunismo”.

Nesta lista de inimigos do projeto do MIP, um lugar especial está reservado para Álvaro García Linera, anteriormente camarada de Quispe no Exército guerrilheiro de Tupac Katari e agora vice-presidente de Evo Morales. Considerado por Morales como um paradigma do tipo de apoio encontrado entre intelectuais não indígenas e urbanos de classe média ao movimento indígena, para Quispe, Linera é o protótipo do homem branco traidor. Nada exemplifica melhor o fechamento do MIP em um gueto por iniciativa própria do que sua investida contra os “assessores mestiços” e “a mistura que governa este país.”

Como é natural, em virtude das diferentes visões do problema e suas causas, os prognósticos do MAS e do MIP também variam muito (Figuras 1 e 2). O MAS propõe um futuro alternativo que consiste na recuperação da soberania nacional, até agora entregue aos agentes do imperialismo e da globalização neoliberal, ou seja, as corporações multinacionais e seus aliados locais (os partidos tradicionais e a oligarquia boliviana). Aspira à refundação da Bolívia como nação autodeterminada e soberana por uma

Assembleia Constituinte que endosse a chamada “segunda independência do nosso país”. Esta recuperação da soberania nacional dos agentes externos será necessariamente acompanhada por profundas reformas internas, tanto do Estado como da nação, que podem ser agrupados em quatro categorias: o conceito de nação, a forma da democracia, a justiça social e o ecologismo político.

Em primeiro lugar, a Bolívia deve reconhecer-se como uma nação cultural e linguisticamente plural. Isso não significa um multiculturalismo abrangendo um conjunto de comunidades separadas e introspectivas (aimarás, quéchuas, guaranis, mestiços, etc.), mas um projeto comum compartilhado por todos sem tentar apagar as diferenças, um projeto que trate implicitamente a Bolívia como uma nação de nações. Assim, a invocação do direito dos povos à “autodeterminação”, “territorialidade”, “cidadania diferenciada” e “co-oficialidade linguística” é acompanhada por uma visão de “unidade na diversidade”, “unidade e integridade” e “autonomia com solidariedade”. O objetivo não é apenas a criação de um “Estado multinacional”, “uma república democrática plural”, mas a construção de uma nova nação boliviana com base no “diálogo entre culturas”, “interculturalidade” e redistribuição interterritorial da riqueza.

Em segundo lugar, a organização desta nação de nações exige autonomia e autogoverno das comunidades indígenas em seus próprios territórios, e uma síntese entre três estilos de democracia: a representativa; a participativa realizada através de referendos, plebiscitos, iniciativas populares e o poder de revogar as competências do governo e a tradicional, das comunidades indígenas, com suas formas comunais de escolha e de tomada de decisão (VAN COTT, 2008, p.175). E isso traz consigo uma redução da universalidade monolítica da lei estatal para permitir o reconhecimento do direito indígena na medida em que podem ser compatíveis com a distribuição equitativa da justiça.

Em terceiro lugar, soberania nacional e democracia pluralista são meios para executar a nacionalização dos recursos e realizar a redistribuição da riqueza visando a solidariedade, a justiça social e uma economia em prol dos bolivianos. O espírito socialista do MAS (o movimento em direção ao socialismo) deve ser compreendido mediante reformas profundas, criando uma espécie de Estado do bem-estar social que o MIP descartou como social-democrata: uma “economia social comunitária” com opor-

tunidades para empresas privadas, para um capitalismo nacional e anti-neoliberal que García Linera chamou de “capitalismo andino”. A proposta constitucional apresentada pelo MAS para a Assembleia Constituinte é intitulada “Refundar a Bolívia para bem viver”.

Finalmente, um componente não trivial desse discurso é o seu ecologismo político, o objetivo de viver em harmonia com o meio ambiente, de recuperar a “relação fraternal de mútuo respeito entre os habitantes da Bolívia e a mãe natureza”. Esse objetivo não se refere somente à nacionalização dos recursos naturais no âmbito econômico, mas se enlaça com o próprio conceito da nação boliviana, defendido pelo MAS. A relação com a natureza, distinta daquela perpetrada pela civilização ocidental, é para ser uma marca da nacionalidade boliviana, que reconhece a biodiversidade e o meio ambiente da Bolívia como “parte da nação original e, portanto, a *Pachamama* e a *Pacha*”. Comunidade e natureza são percebidas como uma entidade única, que deve defender a Bolívia refundada como uma nação centrada nos indígenas, mas plural, perseguindo um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável, um modelo não essencialista que funciona, além disso, através da democracia participativa deliberativa: “O Estado deve consultar os povos indígenas acerca do uso da terra e dos recursos geológicos localizados em seus territórios”.

Em contraste com este programa, a alternativa apresentada pelo MIP é, em consonância com o seu diagnóstico, alheio a tudo que não é aimará. Sua proposta de “recuperar o patrimônio nacional de origem aimará” para construir a “nova terra Quyasuyan” resulta de uma visão de nação indígena de âmbito muito mais restrito do que a do MAS, negando especificamente a realidade da nação boliviana. Consequentemente, o programa do MIP concentra-se em erradicar “o sistema do branco”, mediante políticas correspondentes a quatro metas ou mentalidades: uma corrida indianista objetivando “limpar a mente do índio da ideologia ocidental”, substituí-la por uma filosofia especificamente indígena e “se livrar do lixo colonial”, de modo a reconstruir o reino Inca separado do resto da Bolívia; uma defesa anticapitalista “do sistema indígena produtivo”, um sistema comunal socialista que irá recuperar e modernizar “técnicas de produção ancestrais”; autodeterminação e autogoverno aimarás “de acordo com nossos costumes”, ou seja, a rejeição e a secessão da Bolívia, embora “refundada”, e a substituição da democracia representativa liberal por

um tipo de democracia participativa, comum, deliberativa, o “comunalismo democrático”.

Estas diferentes propostas do MAS e do MIP naturalmente postulam sua realização por diferentes protagonistas. Para o MIP, essencialmente, apenas os “autênticos pioneiros índios” – o que significa os aimarás – podem levar o povo aimará na direção proposta. O MAS, porém, é explicitamente inclusivo exortando os bolivianos a trabalhar “todos juntos” para alterar o curso da história: apesar de enraizado na esquerda indígena, seus apelos à “grande maioria” são dirigidos não somente às classes baixas (índios, camponeses, trabalhadores, minorias marginais), mas também a profissionais e intelectuais de classe média, e até mesmo aos “empresários nacionais” que não são dependentes do capital estrangeiro. Seu objetivo estratégico é formar uma ampla aliança, um bloco social liderado pelo MAS, no qual as reivindicações indígenas não serão ignoradas ou subordinadas, mas constituirão objetivos centrais.

Guiado por sua própria concepção de partido revolucionário que irá realizar a “mudança total”, o quadro motivacional do MIP prega o antagonismo radical entre as “repúblicas de brancos e de indígenas”, o confronto entre estas “duas Bolívias”. Na sua busca pela autenticidade racial urge rejeitar a “democracia ocidental” e a nação boliviana. A Bolívia, um artefato ocidental, é definida em oposição a todo o *Tawantinsuyo* andino e aimará; a bandeira boliviana ao *wiphala*; e a presidência da Bolívia (legitimada apenas pelas leis do Estado) à legítima presidência étnico-nacional dos Mallkus, a “República do *Quyasuyo*”. A democracia ocidental e suas eleições são no máximo um meio para atingir um fim: a estratégia dos “dois braços” proclamada abertamente pelo MIP deve coordenar a disputa eleitoral (quando conveniente) com a luta armada por um “exército comunal”, uma “imitação do levante armado de Zárate Willka”. Frustrado em ambas as direções, prefere aguardar “rebeliões futuras” e excluir-se do sistema parlamentar, de modo a ser capaz de ridicularizar a “mestiçagem” que governa a Bolívia e desprezar o diálogo – “unidade em prol da unidade” – e a associação com aliados estrangeiros dos indígenas.

O projeto inclusivo do MAS exige um quadro bem diferente de motivação. Com vistas a atrair e mobilizar os grupos indígenas e não indígenas em seu favor, deve endossar tanto a bandeira da Bolívia quanto o

*wiphala*. Apesar de extremamente ativo na organização de uma variedade de manifestações pacíficas, notadamente marchas e bloqueios de estradas, prioriza a disputa eleitoral, visando “mudar a Bolívia com votos, não balas” (de forma coerente com esta atitude, o sufrágio universal, instituído pela Revolução de 1952, é interpretado como uma conquista das classes baixas). Sua estratégia, portanto, é construir um partido político que seja pluralista, mas permanentemente casado com o movimento indígena, considerado como o núcleo aglutinador de outras forças no caminho para uma culturalmente orientada “revolução democrática nacional”, um processo radical que requer não apenas que a Constituição vigente seja submetida a reformas mais ou menos drásticas, mas que deve ser completamente re-escrita por uma Assembleia Constituinte.

Para concluir, as estratégias estruturantes do MAS e do MIP constituem parte integral das suas alternativas radicalmente distintas no tocante não só aos seus objetivos e programas, mas também às suas estratégias políticas e organizacionais, identificando os protagonistas dos seus projetos e as fronteiras entre amigo e inimigo que definem a coletividade, que dará luz a uma nova nação. O nacionalismo radical étnico aymará do MIP tem originado uma estratégia baseada no antagonismo, na postulação de fronteiras internas definidas racialmente e em um grupo extremamente limitado de legítimos protagonistas – uma estratégia que levou à derrota eleitoral e ao profundo isolamento. O nacionalismo boliviano pluralista do MAS tem facilitado sua formação e a liderança intelectual, organizacional e moral de um novo bloco que reúne variados grupos sociais em um novo projeto nacional para a Bolívia. Em consequência, o MAS é confrontado com o indiscutivelmente grande desafio de conciliar um conjunto de interesses e preferências muito diversos – notadamente os interesses opostos das regiões Leste e Oeste do país – sem renunciar a sua *raison d'être* inicial: satisfação das demandas dos povos indígenas originais.

### Quadro 1 – Análise comparativa dos esquemas interpretativos

<b>MAS: REFUNDAR A BOLÍVIA</b>	<b>MIP: AS DUAS BOLÍVIAS</b>
<p><b>Problema</b></p> <p>Bolívia: vendida, dividida, submissa Destruição do Estado Boliviano Extermínio dos povos nativos Exclusão da população indígena na fundação da Bolívia em 1825 Espoliação dos recursos naturais Colonização Discriminação, ódio, desprezo Submissão ao imperialismo</p> <p><b>Diagnóstico: causas</b></p> <p>500 anos de pilhagem e de extermínio Neoliberalismo, a nova política econômica Imperialismo O Estado neocolonialista, colonialismo interno Dependência total, direção de fora, imposições estrangeiras Um país fracionado, leiloado, transnacionalizado Privatização dos serviços básicos (água, combustível) Imposição de um modelo industrial ocidental Política externa dos EUA: coca zero, o <i>Plano Dignidade</i> Corrupção, partidarismo, favores Democracia ocidental importada Centralismo Racismo, discriminação Desemprego, migração</p>	<p><b>Problema</b></p> <p>Destruição do patrimônio nacional indígena nativo Dominação e exploração pela <i>q'ara</i> Cultura branca Colonialismo, capitalismo Desnaturalização da nação indígena Perda da cultura ancestral</p> <p><b>Diagnóstico: causas</b></p> <p>Bolivianização da nação aimará O sistema capitalista, colonialista, racista e imperialista A chegada dos espanhóis Contaminação pela ideologia ocidental Espoliação dos bens e patrimônio indígena "O que eles chamam de <i>Bolívia'</i>" O fato é que a Bolívia não é uma nação A republicanização do país Neoliberalismo A influência de traficantes de drogas na política boliviana Democracia representativa liberal</p>

<p><b>Diagnóstico: antagonistas</b></p> <p>Agentes externos e seus aliados locais          Crioulos traidores (1781, 1821)          Imperialismo, os EUA          Governos estrangeiros          Corporações multinacionais          Aliados locais: García Meza, Sánchez Lozada          Oligarquia nacional impatriótica          Partidos tradicionais          Forças armadas dos EUA na Bolívia          Prefeitos, Governadores</p> <p><b>Prognóstico: alternativas</b></p> <p>Uma Bolívia com autorrespeito, soberana, com espaço para todos          Soberania nacional, soberania econômica, “soberania alimentar”          Nacionalização dos recursos naturais          Renascimento da pátria          Refundação da Bolívia          Um Estado multinacional, uma república democrática pluralista          Diálogo entre culturas          “União na diversidade”, unidade e integridade          Direitos dos povos</p>	<p><b>Diagnóstico: antagonistas</b></p> <p>O homem branco traidor          Gringos, brancos, <i>q'ara</i>, ocidentais, estrangeiros, “ocupantes”, a minoria colonial, a casta dominante          EUA, imperialismo          Borbons, Pizarro, Almagro, Bolívar, Sucre, Banzer, Paz Zamora          Representantes dos EUA: Goñi, Mesa          Proprietários crioulos          Partidos de esquerda, aqueles que se desviaram para a direita          MAS, Evo Morales, “o grupo antagonico”          Social-democratas e reformistas, socialismo cristão          Aqueles querendo corrigir o sistema, oportunistas, jogo sujo, aqueles integrando o sistema          García Linera (“traidor branco”)          Assessores brancos e mestiços          Trapaceiro, políticos governistas          “A mestiçagem que governa este país”</p> <p><b>Prognóstico: alternativas</b></p> <p>A nova terra <i>Quyasuyan</i>          Recuperação da herança nacional nativa aimará          Uma visão indígena da nação          Nós os <i>tupakatarists</i>          Abandonar o sistema <i>q'ara</i>          Constituição política do Estado <i>Quyasuyan</i>  <i>Tawantinsuyo</i>: A nação aimará em sua totalidade          Luta revolucionária          Pachakutismo revolucionário sagrado          Uma filosofia indígena específica          Recursos apropriados pela comunidade          Livrar-se do lixo colonial</p>
--	---

Autodeterminação

O princípio da territorialidade (TCOs)

Cidadania diferenciada

Autonomia com solidariedade

Co-oficialidade das línguas indígenas

Democracia representativa e participativa  
(comunidade)

Economia social, capitalismo andino

**Prognóstico: protagonistas**

Juntos vamos mudar a história

Precusores: T. Amaru, T. Katari, B. Sisa, Willka  
Zárate, Bolívar, Guevara, A. Tumpa, A. Ibáñez, M.

Quiroga, L. Espinal

Os povos indígenas da Bolívia, setores majoritários

Os movimentos indígenas e camponeses

Índios, camponeses, operários, excluídos

Profissionais, intelectuais, a classe média

A classe empresarial nacional

Álvaro García de Linera

Todos os bolivianos

Mulheres bolivianas: nossas mulheres são  
dinamite

Um governo com *ponchos* e laços no pescoço

Cultura andina e amazônica

**Repertório de mobilização**

*Mudando a Bolívia com votos, não balas*

*Pachakuti, Jach'a Uru* = Revolução nacional  
democrática

O sistema de produção indígena, oposto ao  
capitalismo

Meios de produção comunal (*ayni, mink'a,*  
*qamana*)

Sistema socialista comunal

Técnicas ancestrais de produção

Comunidades, *ayllus, tawantinsuyo*

Reconstrução da comuna *ayllu*

A *ayllu* das *ayllus*

Autodeterminação

“Autogoverno conforme nossos costumes”

Democracia participativa comunitária, contra a  
democracia liberal representativa

Comunalismo democrático

**Prognóstico: protagonistas**

Nós os comunalistas

Índios aimarás

A nação indígena, a nação aimará

O movimento indígena

Pioneiros indígenas

Indianismo americano

O *Movimento Indígena Pachakuti*: autêntica  
política indígena

Um agente político com seu próprio modo de  
pensar

*Mallku*

Ator político com pensamento próprio

O *Mallku* da América

**Repertório de mobilização**

A disputa entre nações, as duas Bolívias

Revolução dos índios nativos

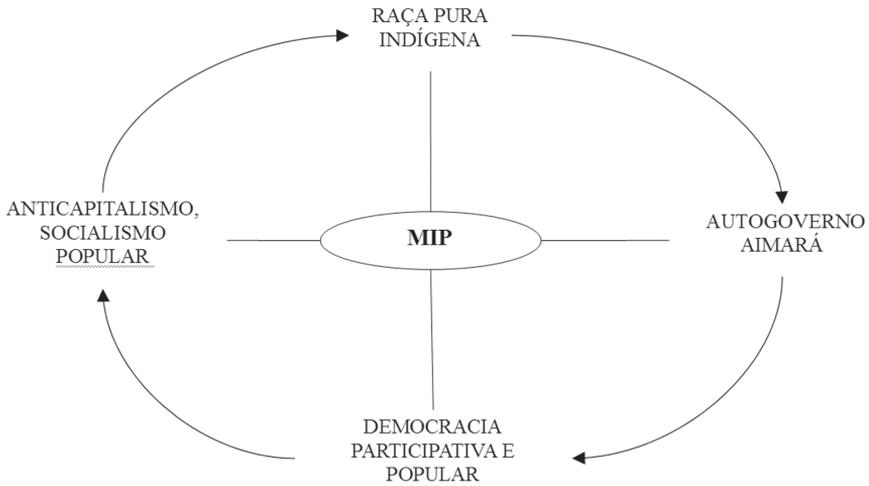
Antagonismo entre as duas repúblicas: a indígena

<p>Fazer o império ceder  O poder da consciência  Revolução cultural democrática  O voto: a conquista do povo em 1952  Movimentos sociais na cidade e no campo  Unidade, inclusivismo  O instrumento político do povo (MAS)  Barricadas  A Marcha pela Soberania, a Marcha Fantasma, a Marcha pela Dignidade  A campanha dos “500 anos de resistência”  Sistemática transformação pacífica  Defesa dos recursos nacionais: petróleo e gás, água, terra e território  A folha sagrada: “coca não é cocaína”; coca = soberania e dignidade nacional  Símbolos patrióticos: bandeira nacional e <i>wiphala</i>  América: <i>Abya Ayala</i>  <i>Quyasuyo</i>, <i>Tawantinsuyo</i></p>	<p>e a <i>q’ara</i>.  O não racismo indígena contra o racismo branco.  Imitação do levante armado de Zárata Willka  Erradicar as ideologias estrangeiras  O exército comunal  Modos comunais de luta e organização  Cercos a La Paz  Mobilização, não negociação, desobediência  Desrespeito pelas leis  Ausência de diálogo  Luta armada, posições radicais  Propensão para derramar sangue  A estratégia dos “dois braços, dois caminhos”: confronto armado (“O braço debaixo do <i>poncho</i>”); competição eleitoral  Recusa de buscar alternativas para os indígenas com aliados ou meios externos  Recusa de procurar unidade pela unidade  Oposição à democracia ocidental representativa  Recusa de participar do “jogo eleitoral”  Recusa de participar de coligações governamentais  Paciência para esperar futuras rebeliões  “Mãe Pacha, Mãe Coca”= a nação indígena  Distinção aguda entre “eles” e “nós”  Oposição entre o <i>wiphala</i> e a atual bandeira nacional, um símbolo de opressão  Contraposição entre a identidade aimará e a carteira de identidade boliviana  Contraposição entre a Presidência da “República de <i>Quyasuyo</i>” e a Presidência da Bolívia  <i>Tawantinsuyo</i> = nação aimará</p>
---	---

**FIGURA 1 - DIMENSÕES DOS DISCURSOS DO MAS**



**FIGURA 2 - DIMENSÕES DOS DISCURSOS DO MIP**



Traduzido do inglês por Clarice Silvestre

## REFERÊNCIAS

- ALBÓ, X. Hacia una Bolivia plurinacional e intercultural. In: CIDOB CONGRESS, 2006, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 2006.
- \_\_\_\_\_. 222 años después: la convulsionada Bolivia multiétnica. In: THE CONFERENCE ON DEMOCRACY, GOVERNANCE AND WELFARE IN GLOBAL SOCIETIES, 2003, Barcelona. **Anais...** Barcelona: IIGC, 2003.
- ALBÓ, X.; TICONA, A.; ROJAS G. **Votos y wiphalas**. La Paz: CIPCA, 1995.
- ALCÁNTARA, M.; MARENGHI, P. Los partidos étnicos en América del Sur: algunos factores que explican su rendimiento electoral. In: CIDOB CONGRESS, 2006, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 2006.
- BIRNIR, J. K. **Ethnicity and electoral politics**. New York: CUP, 2007.
- CHIHU, A. **El análisis de los marcos en la sociología de los movimientos sociales**. Porrúa/UAM: Itzapalapa, 2006.
- CSUTCB. **Nueva constitución plurinacional**. [S.l.], 2006.
- DEMELAS, M. D. **L'invention politique: Bolivia, Équateur, Pérou au XIX siècle**. Paris: ERC, 1992.
- DUNKERLEY, J. **Rebellion in the veins: political struggle in Bolivia 1952-1982**. London: Verso, 1984.
- HEALEY, K. **Llamas, weavings, and organic chocolate**. South Bend: Notre Dame Press, 2001.
- HOROWITZ, D. **Ethnic groups in conflict**. Berkeley: University of California Press, 1985.
- IRIGOYEN, R. **Sometimiento constitucional y penal de los indígenas en los países andinos**. Thesis (Doutorado)—University of Barcelona, Barcelona, 2005.
- MADRID, R. **The rise of ethno-populism in Latin America: the Bolivian case**. Philadelphia: APSA Meeting, 2006.
- \_\_\_\_\_. Indigenous parties and democracy in Latin America. **Latin American Politics and Society**, v. 47, n. 4, p. 161-179, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **The determinants of the electoral performance of ethnic parties in Latin America: the case of the MAS in Bolivia**. Washington: APSA Meeting, 2005b.
- \_\_\_\_\_. **Electoral volatility and indigenous voters in Latin America**. Philadelphia: Paper presented at the APSA Meeting, 2003.
- MÁIZ, R. El indigenismo político en América Latina. **Revista de Estudios Políticos**, v. 123, p. 129-174, 2004.
- MÁIZ, R. Politics and the nation: nationalist mobilization of ethnic differences. **Nations and Nationalism**, v. 9, n. 2, p. 195-214, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Framing the nation. **Journal of Political Ideologies**, v. 8, n. 3, p. 251-267, 2003b.
- MALLON, F. Indian communities, political cultures, and the state in Latin America: 1780-1990. **Journal of Latin American Studies Supplement**, p. 35-53, 1998.
- MAS. **Refundar Bolivia**. Para vivir bien. Propuesta a la Asamblea Constituyente. [S.l.]: [s.n.], 2006.

- \_\_\_\_\_. **Nuestros principios ideológicos**. [S.l.]: [s.n.], 2001.
- MORALES, Evo. **La revolución democrática y cultural**. Malatesta: La Paz, 2006.
- OLIVÉ, L. **Multiculturalismo y pluralismo**. México: Paidós, 1999.
- PATZI, F. **Insurgencia y sumisión: movimiento indígena-campesino**. La Paz: Comuna, 1998.
- PAZ, S. Autonomías territoriales y democracia plural en Bolivia. In: INTERNACIONAL CONGRESS AUTONOMÍA: UNA NUEVA RELACIÓN CON EL ESTADO, 2006, México. **Paper presented...** México: UNAM, 2006.
- PINEDA, F. **Evo Morales**. El cambio comenzó en Bolivia. Sevilla: Almuzara, 2007.
- PUTNAM, H. **The construction of social reality**. New York: Free Press, 1995.
- QUISPE, F. **El MAS es un partido socialdemócrata**. Interview in Chileahora. [S.l.]: [s.n.], 2006.
- \_\_\_\_\_. **El camino de Tupka Katari y Zárata Willka**. Interview with Ivan Ignacio. [S.l.]: [s.n.], 2005.
- \_\_\_\_\_. **Habla el mallku**. Interview with L. Gómez, A. Giordano. [S.l.]: [s.n.], 2002.
- \_\_\_\_\_. **Organización y proyecto político de la rebelión indígena Aymara-Quechua**. Interview with P. Costas, M. Chaves, A. García. [S.l.]: [s.n.], 2001.
- \_\_\_\_\_. **El indio en escena**. La Paz: Pachakuti, 1999.
- STEFANONI, P.; DO ALTO, H. **Evo Morales: de la coca al Palacio**. La Paz: Malatesta, 2006.
- VAN COTT, D. L. **Radical democracy in the Andes**. Cambridge: U. Press; CUP, 2008.
- \_\_\_\_\_. **From movements to parties**. The evolution of ethnic politics. Cambridge: CUP, 2005.
- VAN COTT, D. L.; RICE, R. The emergence and performance of indigenous peoples's parties in South America. **Comparative Political Studies**, v. 39, n. 6, p. 709-732, 2006.
- YASHAR, D. **Contesting citizenship in Latin America the rise of indigenous movements and the postliberal challenge**. Cambridge: CUP, 2005.

## NOTA

---

<sup>1</sup> O autor agradece a Xavier Albo, Donna Lee Van Cott e Sarela Paz, por suas contribuições e crítica a este texto.